



Comemoração do Dia da Fundação - origens da Guarda Nacional Republicana

Intervenção

10.12.2019 - 14:30

Senhor Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana
Senhoras e senhores oficiais, sargentos, guardas e civis da GNR
Senhoras e senhores convidados

A Guarda Nacional Republicana assinala hoje a sua génese, que remonta ao ano de 1801, com a fundação da Guarda Real de Polícia, perfilando-se, hoje, como uma das primeiras forças de segurança de natureza militar do mundo. A origem desta data relacionar-se-á, de acordo com alguns estudos desenvolvidos no seio da Guarda, com a criação do primeiro corpo gendármico português e a primeira gendarmeria criada num país fora da esfera de ocupação da *Gendarmerie Nationale* francesa.



Napoleão terá dito que “a Gendarmeria é uma organização à parte. É a maneira mais eficaz de manter a tranquilidade de um país, é uma vigilância meio civil meio militar”.

De Napoleão aos nossos dias, da GNR espera-se que, nos termos da Constituição e da lei, assegure a legalidade democrática, garanta a segurança interna e os direitos dos cidadãos. Mas a Guarda é também uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas, e essa sua natureza deve ser respeitada e enaltecida.

Garantir a segurança interna é garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade. Mas também é contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

Um bom retrato do que é, em cada momento, a segurança interna é o que resulta todos os anos do RASI - Relatório Anual de Segurança Interna, o que demonstra uma diminuição consistente da criminalidade geral, violenta e grave.



São valores encorajadores, mas que não nos deixam tranquilos e muito menos satisfeitos. A nossa ambição e determinação é trabalhar ainda mais e melhor para reduzir tais índices de criminalidade e aumentar a perceção de segurança das populações.

Neste sentido, o XXII Governo Constitucional tem o claro desiderato de robustecer a segurança interna. Manter o rumo até aqui seguido é importante e decisivo. Mas é possível aumentar a coordenação das forças e serviços de segurança por forma a potenciar a sua capacidade de combate às ameaças que impendem sobre a segurança, com o terrorismo no topo das prioridades, mas também os tráficos de pessoas, droga e armas, o cibercrime e a criminalidade económica e financeira.

Há, por isso, que dotar as forças e serviços de segurança dos recursos e meios necessários para poderem enfrentar adequadamente as ameaças que referi através da prevenção e repressão das condutas criminosas.

Cientes da situação da Guarda em termos de recursos humanos, consideramos imperioso levar por diante um plano plurianual de admissões que assegure o rejuvenescimento e a



manutenção da prontidão e eficácia operacional dos seus efetivos. Por isso estamos a trabalhar aos diversos níveis de responsabilidade, desde logo ao nível institucional, com o senhor General Comandante-Geral, no sentido de dar uma resposta indispensável a esta necessidade de rejuvenescimento de quadros.

Para nós é importante dar condições de saúde e segurança aos profissionais da Guarda, no contexto mais geral dos profissionais das forças de segurança. Até ao final do 1.º trimestre de 2020 deveremos ter preparado, com os contributos do Comando-Geral, um Regulamento nesta matéria que dará uma especial atenção às condições físicas e mentais do desempenho da profissão.

Através da lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna, em vigor para o quinquénio de 2017-2021, estabeleceu-se a programação dos investimentos na modernização e operacionalidade das forças e serviços de segurança. Programaram-se investimentos em instalações, sistemas de tecnologias de informação e comunicação, veículos, armamento e outros equipamentos necessários ao cumprimento da missão.



Importa concluir as ações previstas na Lei e começar desde já programar o próximo quinquénio.

A partilha de recursos entre a GNR e a PSP, designadamente ao nível do apoio técnico e suporte logístico, por forma a eliminar redundâncias e libertar efetivos para a atividade operacional, está igualmente nos nossos planos.

A nível mais abrangente afigura-se crucial o reforço das competências do órgão central do Sistema de Segurança Interna: o Secretário-Geral. A coordenação das ações integradas de prevenção e combate ao terrorismo e a cooperação internacional só têm a ganhar com a operacionalização de um Centro de Comando e Controlo na dependência do Secretário-Geral. Este Centro, que se juntará às existentes Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) e Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional (PUC-CPI) serão instrumentos de combate aos fenómenos criminais internacionais em que a cooperação internacional se apresenta como determinante, como é o caso do combate ao terrorismo.

As chamadas novas tecnologias deverão ter, no futuro próximo, um papel cada vez mais relevante na atividade de



garantir a segurança interna, desde logo permitindo às forças e serviços de segurança o acesso a todos os instrumentos que tais tecnologias proporcionam, de redes de comunicação a sistemas de informação, incluindo sistemas de videovigilância em zonas de risco e utilização de veículos aéreos não tripulados, por forma a reforçar o sentimento de segurança das comunidades, sem ofender, em circunstância alguma, os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Aproximar as forças de segurança das comunidades constitui também um objetivo nesta área governativa. E para tal contamos com a GNR que é uma força de segurança à qual os portugueses das mais distantes e apartadas terras estão reconhecidos, e cujo papel cumpre aqui realçar. Tal aproximação pode passar por uma nova geração de Contratos Locais de Segurança, policiamento de proximidade com recurso a programas específicos e sistemas de informação e meios tecnológicos como os que acima referi que venham aumentar a eficiência das forças ao mesmo tempo que reforçam o sentimento de segurança das populações alvo.

No dia 10 de dezembro, o “Dia da Fundação e Origem da Guarda”, são lembrados os militares que perderam a vida ao



serviço da Guarda e de Portugal. Uma palavra de reconhecimento é devida aos seus familiares. Um sentido reconhecimento, também, a todos aqueles que dedicaram parte da sua vida ao serviço desta centenária instituição e que deixaram já o serviço ativo. Aqueles que acabaram de ingressar nos quadros da GNR, alguns dos quais presentes nesta cerimónia, o meu agradecimento por terem feito uma escolha profissional altruísta e abnegada. Os nossos concidadãos contam convosco para lhes garantirem mais segurança.

Neste dia quero finalizar deixando uma saudação e um agradecimento muito especial ao senhor Comandante-Geral da Guarda, às mulheres e homens, oficiais, sargentos, guardas e civis que servem Guarda, pela passagem desta efeméride. Obrigado pelo vosso trabalho, pelo vosso rigor, competência e dedicação à segurança interna.

DISSE.